Previdência: defender o direito à aposentadoria seja qual for o governo

Luta pela rejeição da PEC de Temer, detida pela força da mobilização, precisa ser retomada seja qual for o governo eleito em outubro

Valcir Araujo

Marcha a Brasília em 24 de maio de 2017, contra as reformas de Temer: mobilização e campanha decisivas para deter a reforma da Previdência

Não fosse a resistência construída ao longo de 2017, com a greve geral e a maior manifestação da história de Brasília, a reforma da Previdência que o presidente Michel Temer (MDB) tentou aprovar provavelmente já estaria em vigor.

O movimento que se difundiu pelo país, descentralizado na forma e coeso nas bandeiras, ganhou o debate nacional em relação à PEC 287/2016. Superou, inclusive, a máquina estatal, que direcionou centenas de milhões de reais dos cofres públicos para a controversa campanha publicitária a favor da reforma.

A suspensão da tramitação da PEC 287 tem data para terminar e voltar à pauta do Congresso Nacional: o fim do processo eleitoral de outubro. A retomada desse movimento é imprescindível para evitar que o direito à aposentadoria vire coisa do passado.

Além disso, a defesa da Previdência pública também passa pela luta pela revogação das mudanças contrárias aos trabalhadores inseridas na legislação por meio das reformas aprovadas em 1998, por FHC, em 2003, por Lula, e, mais recentemente, em projetos do governo Dilma, entre eles os que retiraram dos servidores o direito à aposentadoria integral e à paridade.

Unidade na categoria, com o funcionalismo e com outros setores da classe trabalhadora

A construção do movimento pela revogação da Emenda Constitucional 95, da reforma trabalhista e pela rejeição da reforma da Previdência passa pela busca da unidade com os setores que se opõem a tais políticas.

O coletivo Luta Fenajufe avalia que a XXII Plenária da Fenajufe tem o desafio de construir essa unidade de ação dentro da categoria e reafirmá-la com o conjunto do funcionalismo, participando e tendo o Fórum dos Servidores (Fonasefe) como referência. E ir além: trabalhar pela ampliação dessa campanha com os movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores da iniciativa privada e centrais sindicais. A participação nos protestos já convocados para o dia 10 de agosto, dia do 'Basta', é parte dessa iniciativa e pode marcar o início de uma luta unificada necessária e urgente.

Combate à extinção da Justiça do Trabalho passa pela luta pela revogação da reforma trabalhista

'Ajuste fiscal' associado à tentativa de retirar cada vez mais direitos dos trabalhadores ameaçam os ramos do Poder Judiciário

Valcir Araujo

Primeiro dia da XXII Plenária da Fenajufe, em Salvador: luta contra a reforma trabalhista e a extinção da JT precisa estar entre as prioridades

Passado um ano da entrada em vigor da reforma trabalhista, o desemprego continua tão grande como antes e o que se vê é uma crescente deterioração da qualidade dos postos de trabalho: a terceirização e precarização avançam.

Apesar de todas as suas limitações, porém, a Justiça do Trabalho ainda é vista pelos setores que detêm o poder econômico e político no país como um obstáculo à plena implantação da desregulamentação das leis laborais e consequente aumento da exploração dos que trabalham.

A extinção da Justiça do Trabalho, assim, volta a ser pautada com força em discursos de políticos e de empresários, como faz o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM). Propostas como a fusão da Justiça do Trabalho com a Justiça Federal não escondem a intenção de extinguir essa ramo do Judiciário e esvaziar o Judiciário, movimentação que também atinge a Justiça Eleitoral. Reagir e enfrentar tais políticas e ameaças já é hoje uma questão de sobrevivência.

Congelamento de benefícios e os problemas dos planos de saúde

Há mais de uma década que os governos tentam congelar os benefícios sociais dos servidores. A atuação sindical da categoria, no entanto, vem derrubando essa intenção. Agora, porém, a Lei de Diretrizes Orçamentárias aprovada proíbe reajustes nos auxílios alimentação e pré-escolar e, é evidente, terá efeitos também na assistência médica.

São medidas decorrentes do 'ajuste fiscal' e da aplicação da Emenda Constitucional 95. É preciso enfrentá-las. No caso da assistência médica, que envolve também políticas públicas cada vez mais restritivas e voltadas para favorecer a comercialização da saúde, é necessário tratar nacionalmente o problema, inclusive aprofundando o debate sobre alternativas como a constituição de planos que estejam sob a autogestão do Poder Judiciário. O que não se pode é ficar parado diante desta crescente corrosão da qualidade de vida da categoria.

Fenajufe independente, democrática e de luta

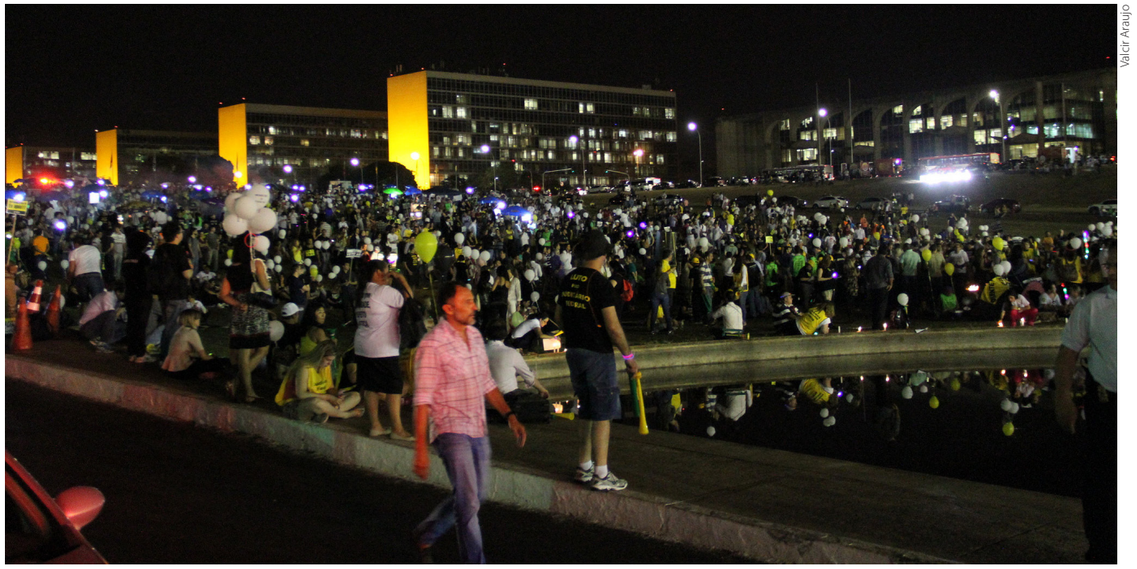
A Fenajufe ganhou a confiança da categoria e representatividade por sua história de lutas marcadas pela atuação independente, autônoma e combativa diante de governos e partidos. A defesa sem rodeios dos interesses e direitos da classe trabalhadora e da busca da justiça social.

É essa característica que consolida a Fenajufe como representante sindical que unifica e fortalece a categoria. No entanto, esse perfil está sob constante ameaça quando se condiciona o rigor dessa atuação ao governo ou administração de plantão. Ou quando interesses alheios aos direitos coletivos dos servidores se sobrepõem à luta sindical independente e combativa.

Hoje, em meio a tantos ataques e ameaças a direitos trabalhistas e às liberdades democráticas, é preciso resgatar a representatividade da federação. Recolocá-la no caminho que historicamente a constituiu. Construir a unidade, mas tendo como base a combatividade, a democracia, a independência e a autonomia diante de governos, partidos e administrações, quaisquer que sejam eles.

Sem mobilização, não haverá avanços nas pautas da categoria

Última parcela do reajuste da histórica greve de 2015, que será incorporada em janeiro, torna urgente a pressão; Sindicatos preparam ato nacional no STF no dia 12 de setembro



Valcir Araujo

Ato nacional do PJU e do MPU em Brasília contra o veto do governo Dilma ao PCS, em setembro de 2015

Não há diálogo nem inclinação à negociação com os servidores nas administrações dos tribunais superiores ou no Ministério do Planejamento. A pauta geral de reivindicações do funcionalismo segue sem resposta.

No Supremo Tribunal Federal, a presidente Cármen Lúcia só recebeu as direções sindicais uma única vez, em dezembro passado, quando fez promessas não cumpridas de início de um canal de diálogo e de responder ao pedido de reinstalação da comissão interdisciplinar de negociação. No MPU, foi concluído o trabalho da comissão de carreira, no entanto, até o momento, não houve encaminhamentos práticos.

Em meio a esse cenário, avolumam-se as demandas da categoria, envolvendo questões relacionadas às carreiras, às condições de trabalho, às perdas salariais e a benefícios, como o plano de saúde.

O desrespeito aos servidores possui relação íntima com a ausência de grandes mobilizações. Em 2015, a greve nacional e a maior mobilização da história das servidoras e servidores do PJU e do MPU, que atropelou setores das direções sindicais contrários ao enfrentamento, pressionavam fortemente tanto o governo de Dilma Rousseff quanto as administrações, obrigando-os na prática a negociar.

Para enfrentar o momento atual, no qual o congelamento salarial e o desmonte dos serviços públicos estão pautados com mais força pelas elites econômicas e o governo Temer, é preciso uma atuação firme das direções sindicais, que convoque a reação e construa as condições que levem outra vez à participação de amplos setores da categoria nessa luta.

Luta pela data-base e reposição das perdas

Após a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, entra em pauta a definição do orçamento da União para 2019. A luta pela data-base, simultânea e indissociável do combate à Emenda Constitucional 95, deve unir os diversos segmentos do funcionalismo, o que é indispensável para que possa ser vitoriosa.

Essa luta envolve a pressão sobre o STF, para que julgue a ação referente à indenização pelo descumprimento da revisão salarial anual, e sobre o Congresso Nacional, onde tramita o projeto PLS 228/18, que torna crime de responsabilidade o desrespeito a essa previsão constitucional.

É preciso, porém, pautar no Supremo a necessidade de reposição de perdas salariais específicas da categoria, que superam os 40%, não contempladas no reajuste conquistado na greve de 2015, que terá sua última parcela em janeiro de 2019. É importante a articulação de um projeto que una a categoria em torno dessa luta, assim como a ampliação da pressão sobre o STF. O ato do funcionalismo já programado para 12 setembro, na posse de Dias Toffoli na presidência do tribunal, deve ser construído por toda a categoria.

LUTAFENAJUFE!

AGOSTO DE 2018
http://lutafenajufe.org.br

Construir a unidade para derrubar a EC 95 e demais reformas

Constituir a unidade na prática, e não apenas no discurso, é desafio para a XXII Plenária da Fenajufe

Valcir Araujo

Abertura da XXII Plenária da Fenajufe, em Salvador, na Bahia

Desde que foi aprovada na Câmara dos Deputados, em novembro de 2016, jamais ficou tão explícito e evidente o que significa a aplicação da Emenda Constitucional 95 para os serviços públicos, os servidores e as políticas sociais.

Não fosse a atuação e a pressão dos sindicatos e federações de servidores, a proibição explícita a quaisquer reajustes salariais ou reestruturações de planos de cargos e carreiras teria sido aprovada pelo Congresso Nacional na votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019 - algo que, nestes termos, seria inédito na história da LDO nas últimas décadas.

Mesmo assim, no entanto, o texto aprovado traz sérias restrições aos concursos e ao provimento de cargos e aponta, na prática e por antecipação, o que significará ao longo de duas décadas a EC 95 para os serviços públicos e para os direitos sociais.

A manutenção da Previdência pública, por exemplo, será insustentável caso não cesse essa política de cortes. O que era alerta e denúncia torna-se realidade, evidenciada no aumento da mortalidade infantil e outros indicadores sociais.

A XXII Plenária da Fenajufe ocorre em meio a este cenário e exige das representações sindicais da categoria uma responsabilidade ainda maior na construção de um movimento unitário capaz de enfrentar tantos ataques. O futuro para os serviços públicos, para o PJU e o MPU se mostra sombrio caso não se detenha a Emenda Constitucional 95.